

FICÇÕES E PLASTICIDADE DA IMAGINAÇÃO EM HUME

FICTIONS AND PLASTICITY OF IMAGINATION IN HUME

Rogério Soares Mascarenhas

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Brasil

Roger.masc@hotmail.com

Resumo: Se é difícil nos valermos de uma expressão que defina o que melhor caracterizaria a imaginação em Hume, ao menos sua natureza plástica parece se mostrar recorrente ao longo do *Tratado*. O objetivo principal deste artigo é o de flagrar, nesta obra, a correlação estreita existente entre as ficções da imaginação e uma plasticidade imaginativa de natureza extremamente complexa. A análise das ficções enquanto efeitos da natureza plástica da imaginação humeana pode, eventualmente, promover um deslocamento nas definições correntes do conceito de ficção na filosofia de Hume.

Palavras-chave: Imaginação. Ficções. Filosofia.

Abstract: *If it is difficult to use an expression that defines what could better characterize imagination in Hume, at least its visual nature seems to be recurrent throughout the Treatise. The main aim of this article is to uncover, in this work, the narrow correlation between the fictions of imagination and an imaginative plasticity of extremely complex nature. The analysis of fictions as effects of the plastic nature of the Humean imagination may, occasionally, promote a displacement in the current definitions of the concept of fiction in Hume's philosophy.*

Keywords: *Imaginatton. Fictions. Philosophy.*

A primeira tentativa de delimitação da imaginação no *Tratado* pode ser localizada na seção III, parte I, intitulada “Das idéias da memória e da imaginação”. Ali, memória e imaginação, apesar de compartilharem dos mesmos materiais, ou seja, ideias, são diferenciadas em dois aspectos. O primeiro deles será o caráter de vivacidade que cada faculdade irá fornecer às suas ideias. As da memória são fortes e vívidas. As da imaginação, pálidas e lânguidas.

Em verdade, a diferenciação entre imaginação e memória no tocante aos graus de vividez que cada faculdade concede às suas ideias não revela, à primeira vista, muitas surpresas, já que esta faculdade obedece a um critério de natureza causal em termos de aparição na mente. O que caracteriza a memória é a sua capacidade de melhor reter os elementos originais fornecidos pela experiência, ou seja, as impressões, coisa que a imaginação é inteiramente incapaz fazer. Assim, os conteúdos da memória remetem diretamente às impressões dos sentidos, chegando mesmo a serem definidos por Hume como imagens ou reverberações tardias das impressões propriamente ditas e das ideias que compõem a imaginação.

Em relação ao segundo fator que diferencia as duas faculdades, ele é apresentado e investigado ao curso de três breves parágrafos que compõem a seção III. Este é uma peça fundamental na tentativa de compreensão da natureza imaginativa na filosofia de Hume. Em verdade, assim como a causa da primeira diferença entre os conteúdos da memória e da imaginação termina residindo, em última instância, em uma diferença de natureza entre ambas,

dessemelhança que repercute nos respectivos graus de intensidade entre suas ideias, a segunda diferenciação em seus materiais também será cativa de uma peculiaridade de natureza entre memória e imaginação. O início de uma clara demarcação e de um distanciamento considerável entre as faculdades é apresentado no segundo parágrafo da seção III.

Há uma outra diferença entre estes dois tipos de ideias, não menos evidente. Embora nem as ideias da memória nem as da imaginação, nem as ideias vívidas nem as fracas possam surgir na mente antes que impressões correspondentes tenham vindo abrir-lhes o caminho, a imaginação não se restringe à mesma ordem e forma das impressões originais, ao passo que a memória está de certa maneira amarrada quanto a esse aspecto sem nenhum poder de variação. (HUME, 2009, p. 33).

Com isso, o modo de operar da imaginação, inexistente na memória, determinará um antagonismo entre ambas¹, ou seja, a liberdade da imaginação. Hume define esta faculdade como naturalmente livre, ou seja, a única capaz de transpor e modificar inteiramente a ordem e composição de suas ideias.

No último parágrafo da seção III, a imaginação aparece como faculdade impetuosa por natureza, abjurando a obediência que marca a memória a um plano uniforme e regular na composição, organização e apresentação de suas ideias.

A mesma evidência nos acompanha em nosso segundo princípio, a liberdade que tem a imaginação de transpor e transformar suas ideias. As fábulas que encontramos nos poemas e romances eliminam qualquer dúvida sobre isso. A natureza é ali inteiramente embaralhada, e não se fala senão de cavalos alados, dragões de fogo e gigantes monstruosos. (2009, p. 34).

Assim, estamos frente a uma faculdade munida de liberdade irrestrita, conquanto caótica. Graças a ela a imaginação se notabilizaria, desde as primeiras seções do *Tratado*, como uma faculdade naturalmente propensa a trucar com os dados da experiência. A referência à capacidade imaginativa de compor seres fantásticos seria a primeira marca do poder desta de transfigurar um real que seria ofertado pela experiência.

No entanto, no primeiro parágrafo da seção seguinte, “Da conexão e associação de idéias”, a imprevisibilidade subitamente parece ruir e a ordem estabelecer-se, devido à influência dos princípios naturais de associação entre as ideias.

Como a imaginação pode separar todas as ideias simples, e uni-las novamente da forma que bem lhe aprouver, nada seria mais inexplicável que as operações desta faculdade, se ela não fosse guiada por alguns princípios universais, que a tornam, em certa medida, uniforme em todos os momentos e lugares. (2009 p. 34).

Poderíamos diminuir a radicalidade da supressão da liberdade da imaginação, mencionando a alusão à impossibilidade de concebermos os princípios associativos como supressores do poder da imaginação de separar as idéias simples.² De fato, Hume, no decorrer do parágrafo, reafirmaria a liberdade imaginativa, dizendo que:

¹ A natureza da memória seria diametralmente oposta à da imaginação, a primeira podendo ser configurada como uma faculdade essencialmente plana e regular. É ela que informará ao historiador a exata posição que uma determinada idéia deve ocupar em uma narração histórica, por exemplo. “Um historiador pode, talvez buscando facilitar sua narrativa, relatar um evento antes de outro que lhe é efetivamente anterior; mas, se for rigoroso, ele fará notar essa desordem, recolocando assim a idéia na posição devida.” (2009, p. 33).

² Todas as nossas ideias são copiadas de nossas impressões [...] não há duas impressões que sejam completamente inseparáveis- isso para não mencionarmos o fato de que se trata aqui de uma consequência

Esse princípio de união entre as ideias não deve ser considerado uma conexão inseparável – pois isso já foi excluído da imaginação -; tampouco devemos concluir que, sem ele, a mente não poderia juntar duas ideias - pois nada é mais livre que essa faculdade. Devemos vê-lo apenas como uma força suave, que comumente prevalece. (2009, p. 34).

Entretanto, independente de serem adjetivados como uma força suave que comumente prevalece, é inegável que, a partir da seção VI do livro I do *Tratado*, os princípios desencadeiam, gradualmente, um processo associativo irrefreável no interior da imaginação. Assim, o desregramento, antes marca singular das operações desta faculdade, seria ao menos arrefecido devido à ação de princípios que associarão regularmente as idéias por semelhança, contiguidade e causalidade³.

Hume subitamente nos leva do domínio da imprevisibilidade plena até o campo de uma previsibilidade plana e linear. De uma imaginação caprichosa, capaz de juntar, separar e recombinar indefinidamente suas ideias até uma faculdade cativa da influência dos princípios associativos. Levando em consideração as referências iniciais à faculdade, no início do *Tratado*, a imaginação humeana poderia ser definida como uma faculdade potencialmente manipuladora das ideias das quais dispõe, capaz de criar sereias, centauros, dragões, ciclopes, etc. Segundo, devido à influência dos princípios associativos, uma faculdade passaria imediatamente de uma ideia a qualquer outra ligada a ela por semelhança, contiguidade e causalidade. Agora, o aparecimento de uma ideia clama pela concepção de uma outra. As ideias da imaginação, antes elementos desconexos, adquirem a capacidade de evocarem-se mutuamente⁴.

Se nos ativermos a essas referências à imaginação elencadas até o momento, parece não haver muito a dizer a respeito da sua natureza ou a seus modos de operar. No entanto, se prosseguirmos, cautelosamente, a investigação ao longo das seções seguintes do livro I, especificamente à seção denominada “Do ceticismo quanto aos sentidos”, uma nova ação imaginativa parece delineada.

Ao examinar o fundamento da matemática, observei que a imaginação, quando envolvida em uma cadeia de pensamentos, tende a dar continuidade a ela, mesmo na falta de seu objeto; e, como uma galera posta em movimento pelos remos, segue seu curso sem qualquer novo impulso. (2009, p. 231).

Um modo peculiar de agir da imaginação é a razão pela qual, na matemática,

[...] após considerar diversos critérios aproximados de igualdade, e corrigi-los um pelo outro, passamos a imaginar, para essa relação, um critério tão correto e exato que não é passível do menor erro ou variação. (2009, p. 231).

evidente da divisão das idéias em simples e complexas. Sempre que a imaginação percebe uma diferença entre ideias, ela pode facilmente produzir uma separação. (2009, p. 34).

³ Vale notar que o desdobramento dos efeitos das qualidades da semelhança, contigüidade e causalidade sobre a maneira com que a imaginação manipulará suas ideias se mostra paulatino e inexorável, principalmente se notarmos que Hume utilizará o termo costume, quando da explicação dos efeitos da relação de contiguidade sobre a imaginação. “É também evidente que, como os sentidos, ao passarem de um objeto ao outro, precisam fazê-lo de modo regular, tomando-os em sua contiguidade uns em relação aos outros, a imaginação adquire, por um longo costume, o mesmo método de pensamento, e percorre as partes do espaço e do tempo ao conceber seus objetos.” (2009, p. 35).

⁴ Logo após de mencionar os princípios associativos de semelhança e contiguidade, Hume cita a causalidade, ressaltando, de imediato, sua influência poderosa sobre a imaginação “Quanto à conexão feita pela relação de causa e efeito, teremos ocasião de examiná-la a fundo, e por esse motivo, não insistiremos agora sobre ela. Basta observar que nenhuma relação produz uma conexão mais forte na fantasia e faz com que uma idéia evoque mais prontamente outra idéia que a relação de causa e efeito entre seus objetos.” (2009, p. 35).

Aqui, uma espécie de tendência da imaginação de prosseguir em suas ações se reflete na propensão da mente de supor um critério de igualdade entre figuras que inexistem enquanto percepções. De posse deste critério fictício, seríamos capazes de comparar, justapor e corrigir as formas de corpos imensamente pequenos. Assim, o padrão de estabelecimento de critérios de igualdade pelos matemáticos, na medida em que ultrapassa a utilização de instrumentos e técnicas que escapam da jurisdição das percepções, derivaria de uma espécie de propensão da imaginação de solapar os dados da experiência através de uma espécie de ato suplementar.

A mesma causa operaria em nossa vontade irresistível de dotar os corpos de uma existência distinta e contínua. Neste caso, a mente infere a existência contínua dos corpos, partindo de uma coerência e constância entre as percepções em experiências passadas. Novamente, há uma rasura na experiência. Desta vez, a imaginação concebe um prolongamento causal incapaz de se apresentar factualmente, ultrapassando a esfera perceptiva. Não se trata somente do prolongamento de uma sequência de percepções que se caracterizariam por sua coerência e constância na aparição, mas da extensão de um raciocínio causal que dispensa seus únicos conteúdos possíveis: as percepções⁵.

Os objetos já possuem uma certa coerência assim como aparecem a nossos sentidos; mas essa coerência será muito maior e uniforme se supusermos que tem uma existência contínua; e como a mente já vem observando uma uniformidade entre esses objetos, ela continua naturalmente, até tornar a uniformidade o mais completa possível. (2009, p. 231).

Sempre partindo da experiência, a imaginação forja uma nova configuração do real, desta vez ao conceber uma união, no espaço, entre um objeto extenso e outro que é incapaz de ocupar um lugar⁶, investigada na seção “Da imaterialidade da alma.”

[...] a natureza humana apresenta essa qualidade, que terei ocasião de observar com freqüência, e que explicarei de maneira mais completa em seu devido lugar: quando determinados objetos estão unidos por uma relação qualquer, temos uma forte propensão a acrescentar a eles uma nova relação, a fim de completar a união. (2009, p. 269).

Observamos que a imaginação reiteradamente se serve dos materiais da experiência para depois descartá-los. Ela tenta estabelecer uma união no espaço entre o sabor de uma fruta, um abacaxi, por exemplo, com sua rugosidade e aspereza peculiares. Não satisfeita em se ater unicamente às relações de causação e contiguidade temporal no momento da aparição entre percepções visuais, táteis e gustativas, totalmente independentes e separáveis, a imaginação concebe uma relação impossível de ser atestada pela experiência, ou seja, a possibilidade da coexistência espacial entre impressões de naturezas distintas. Estas coexistiriam por completo em um objeto, no caso, o abacaxi, que temos a certeza de ser uma fruta dotada de qualidades peculiares que o singularizariam⁷.

⁵ Como todos os raciocínios sobre questões de fato surgem unicamente do costume, e como o costume só pode resultar de percepções repetidas, a extensão do costume e do raciocínio para além das percepções nunca poderia ser um efeito direto e natural da repetição e da conexão constantes, devendo antes surgir da cooperação de alguns outros princípios. (2009, p. 231).

⁶ Cf. 2009, p. 269.

⁷ Pelo fato do sabor do abacaxi sempre ter estado conjugado com outras qualidades em casos passados, como sua cor amarela e a aspereza da sua casca, imaginamos que o gosto do abacaxi é inseparável de sua cor e aspereza, por exemplo.

A inclinação imaginativa de, em um momento dado, desconsiderar as percepções e postular sua própria realidade, se expressaria em outra ação peculiar da mente⁸.

É comum observarmos que a mente humana tem uma grande propensão a se espalhar pelos objetos externos, ligando a eles todas as impressões internas que eles ocasionam, e as quais sempre aparecem ao mesmo tempo que esses objetos se manifestam aos sentidos. Assim, como observamos que certos sons e odores sempre acompanham determinados objetos visíveis naturalmente imaginamos uma conjunção, também espacial entre os objetos e as qualidades, embora essas qualidades sejam de uma natureza que não admite tal conjunção, e na realidade não existam em nenhum lugar. (2009, p. 199).

Aqui há uma espécie de reedição do exemplo analisado na seção “Da imortalidade da alma.”⁹ O ímpeto imaginativo é incapaz de deter-se por si mesmo, pois ele não postula somente uma união espacial entre objetos externos e impressões de sensação internas. Ele vai mais além, já que uma pulsão imaginativa será “a razão por que supomos que a necessidade e o poder se encontram nos objetos que observamos, e não na mente que os observa.” (2009, p. 201). A natureza desta pulsão coincidirá bastante com a anterior, salvo uma pequena variação. A tese de uma necessidade inerente às causas, por exemplo, bastante recorrente na história da Filosofia, nada mais é do que o efeito de uma orientação sutil da irreflexão imaginativa de unir percepções internas, incapazes de ocupar um lugar, a objetos externos. A imaginação, ao atribuir poder e necessidades causais a certos objetos, constrói uma união espacial entre objetos dotados de extensão com fugazes impressões internas. No entanto, agora a variação versará sobre a natureza da impressão, pois se trata aqui de uma impressão interna de reflexão, ou seja, de uma afecção irrefreável da mente de passar da impressão ou ideia de um objeto à ideia daquele que o acompanhou em experiências passadas. O *elan* imaginativo se espalhará agora sobre os objetos externos, passando a formar com estes um só composto, como se a necessidade das causas residisse nos objetos, e não na mente.

Entretanto, além de imputar necessidade causal a certos objetos, a imaginação cria uma relação de causalidade *ad infinitum* entre estes. Não basta à fantasia fazer com que a necessidade migre da mente para os objetos, ela cimentará uma regularidade causal desprovida de limites nos objetos. A imaginação passará, cegamente, da causa ao efeito sem considerar que ainda faltam algumas circunstâncias para tornar completa a causa.¹⁰ “Quando nos acostumamos a ver um objeto unido a outro, nossa imaginação passa do primeiro ao segundo por uma transição natural que precede a reflexão e que não pode ser evitado por ela.” (2009, p. 180). A intensidade da impulsão será maior ou menor dependendo da maior ou menor semelhança entre os objetos da experiência presente com os da experiência passada.

Enfim, uma análise acurada dos modos de operar da imaginação no que concerne à produção das ficções através dos exemplos extraídos do livro I do *Tratado* nos fornece, em alguma medida, elementos importantes para a tentativa de compreensão da natureza

⁸ Vale notar que a análise desta propensão ocorre bem antes da comparação da ação da imaginação como uma galera que prossegue seu itinerário dispensando a propulsão inicial dada pelos remos.

⁹ Habitados a observar que um som é quase sempre acompanhado de uma impressão visual de um objeto determinado, passamos a imaginar o impossível, ou seja, uma conjunção entre a impressão auditiva com a impressão visual que corresponderia ao que denominamos de um objeto. Esta última, ao contrário da primeira, é capaz de ocupar um lugar no espaço. Portanto, se uma impressão auditiva, de um determinado padrão, é continuamente seguida de uma impressão visual, correspondente a um pássaro, por exemplo, a imaginação promoverá uma junção entre a impressão auditiva, seu canto, com a impressão visual, imaginando que o canto, incapaz de ocupar um lugar, provém do pássaro, sendo um efeito derivado da disposição interna de seus órgãos a emitirem um tipo de som particular. Já o objeto, o pássaro, será sua causa.

¹⁰ Cf. 2009, p. 624.

imaginativa em Hume. A imaginação seria plástica por excelência, pois ela matizaria a opaca realidade perceptiva com novas formas e cores. Sua plasticidade, porém, não se exprimiria de forma linear. Ao contrário, ela se notabilizaria por ser complexa e por se apresentar de modo descontínuo mais recorrente ao longo do *Tratado*.

Ela se exprimiria por excelência na capacidade contínua da imaginação de postular ficções, partindo de uma falsificação dos elementos da experiência¹¹. Isso ocorre quer na concepção de um critério imaginário de igualdade na matemática, quer no ato de imaginar um mundo de objetos independentes e contínuos e na tendência de promover uma conjunção espacial entre impressões extensas e impressões internas.

É importante notar que a projeção imaginativa de conceber uma regularidade causal muito maior do que a observada a princípio estaria excluída das suplementações imaginativas e suas ficções. É o que poderíamos deduzir, no mínimo, a partir de algumas pistas oferecidas pelo próprio Hume. Na verdade, ele parece salvaguardar a todo custo uma confiabilidade que notabilizaria a relação causal, ao dizer que ela é a única capaz de nos garantir uma sólida ciência do homem¹².

A plena convicção humeana na produção do verdadeiro conhecimento através dos raciocínios causais estaria na seção “Dos efeitos de outras relações e outros hábitos.” Contrariamente às relações de semelhança e contiguidade, que excluem qualquer possibilidade de reflexão e implicam somente em “uma admissão passiva das impressões pelos órgãos das sensações”, a relação causal só apresentaria vantagens:

Os objetos que apresenta são fixos e inalteráveis. As impressões da memória nunca se alteram consideravelmente, e cada impressão traz consigo uma ideia precisa, que toma seu lugar na imaginação, como algo sólido e real, certo e invariável. A imaginação vê-se sempre determinada a passar da impressão à ideia, e dessa impressão particular àquela ideia particular, sem escolha ou hesitação. (2009, p.140).

A fixidez nos seus elementos é o que a notabiliza. As impressões vividas da memória nunca podem ser alteradas e cada impressão aportará consigo uma ideia precisa. Solidez, certeza, invariabilidade, é tudo o que é necessário a fim de obstaculizar as ficções oriundas das suplementações da experiência por parte da imaginação.

Diante de tudo o que foi analisado, se nos atemos à definição corrente do conceito de ficção na filosofia de Hume, seria impróprio considerarmos a propensão da imaginação de passar das causas aos efeitos ou dos efeitos às causas como um ato potencialmente produtor de ficções. O que as notabiliza é o fato de decorrerem da ação imaginativa de desconsiderar o domínio das percepções. Todas as ficções solapam um princípio basilar de uma segura ciência do Homem esboçada no prefácio do *Tratado*, ou seja, a de que a nossa realidade é delimitada ao campo das impressões, idéias, princípios e relações associativas entre as idéias que atuam de maneira uniforme.

As ficções são efeitos da tendência imaginativa de justamente ultrapassar o campo seguro das percepções e o de uma ciência da natureza humana. Ela despreza a experiência no

¹¹ Esta plasticidade imaginativa que produz ficções é definida por alguns comentadores como capacidade suplementativa, como faz Walter Brand na obra “Hume’s Theory of Moral Judgement”, ou um poder de supor falsamente a existência de certas idéias, (imagens) como afirma Jan Wilbanks na obra “Hume’s Theory of Imagination.” A imaginação tenderia continuamente a acrescentar elementos adicionais à experiência fatural cotidiana.

¹² A causalidade é a única relação capaz de perfeita segurança quanto à ação ou existência de um objeto que foi seguido ou precedido por outra ação ou existência perfeita segurança quanto à ação ou existência de um objeto que foi seguido ou precedido por outra ação ou existência. (2009, p. 102).

intuito de forjar uma realidade toda própria, conquanto esta realidade parta continuamente dos elementos daquela. Este fenômeno, a grosso modo, não aconteceria no afã imaginativo de inferir causas a partir de efeitos ou vice-versa.

Entretanto, uma análise mais apurada da natureza de nossos raciocínios causais pareceria revelar o contrário;

Consideremos o caso de um homem que se encontra dentro de uma gaiola de ferro pendente de uma alta torre. Ao olhar para o precipício embaixo dele, esse homem não pode se impedir de deixar de tremer, embora saiba que está perfeitamente seguro e que não cairá, pois tem experiência de que o ferro que o sustenta é sólido, e as ideias da queda, dos ferimentos, e da morte derivam somente do costume e da experiência. O mesmo costume ultrapassa os casos de que se origina e a que corresponde perfeitamente. (2009, p. 181).

Após constatar que percepções de magnitude em relação à altura e profundidade estão costumeiramente ligadas a percepções que apontam para a queda de objetos, ou pessoas, o indivíduo se apavorará com a altura ao imaginar irreflexivamente sua queda, não levando em conta sua segurança presente, proporcionada pela gaiola de ferro. Sua imaginação nada mais faz do que ir além da experiência fatural e passa da causa, um corpo dotado de peso alçado no ar, ao efeito, sua queda iminente. Ela ignora que em todos os tipos de causas há sempre uma grande concorrência de circunstâncias e que algumas destas são essenciais para a produção do efeito, enquanto outras são supérfluas e estão apenas acidentalmente ligadas com ele¹³. De certa forma, ela postula uma curiosa configuração do real ao conceber uma relação causal capaz de se prolongar indefinidamente entre os objetos. O mesmo fenômeno ocorreria na seção “Das outras virtudes e vícios”, desta vez no livro III do *Tratado*:

Quando um caráter é, sob todos os aspectos, apropriado a beneficiar a sociedade, a imaginação passa facilmente da causa ao efeito, sem considerar que faltam ainda algumas circunstâncias a fim de tornar completa a causa. As regras gerais criam uma espécie de probabilidade, que às vezes influencia o julgamento e sempre a imaginação. (2009, p. 624).

Neste caso, a existência de uma relação causal que se propaga *ad infinitum* produz nosso sentimento moral. A imaginação será capaz de conceber a prática de ações virtuosas por uma pessoa condenada à prisão perpétua ou por um naufrago perdido em uma ilha deserta. A experiência nos informou em casos passados que indivíduos impossibilitados de agir, quaisquer que sejam os motivos, não podem praticar ações virtuosas. Contudo, neste caso, a voluntariedade imaginativa é impotente para desconsiderar a presença das circunstâncias acidentais que concorrem para a produção do efeito e prossegue cegamente seu curso, criando uma realidade fictícia em que pessoas impedidas de agir são capazes de praticar ações virtuosas. De uma forma ou de outra, ela plasmará a existência de ações meritórias, seja concebendo uma evasão espetacular do prisioneiro de sua cela, seja dotando o naufrago de uma habilidade primorosa para construir sozinho sua embarcação e retornar, heroicamente, ao convívio da sociedade para praticar ações virtuosas ou ainda concebendo um segundo naufrágio e a chegada de sobreviventes na mesma ilha, unicamente com o intuito de expô-los aos efeitos das ações virtuosas daquele prisioneiro.

No entanto, se a imaginação, de alguma forma, despreza o dado ao tornar factível uma estruturação da realidade impossível de ser atestada frente à experiência, elemento nuclear da ciência da natureza humana, ela o faria de uma maneira distinta. Há um elemento que notabiliza todas as ficções da imaginação analisadas anteriormente, mas que inexistiria na concepção imaginativa de uma causalidade exemplar entre certos objetos. As ficções

¹³ Cf.2009, p.181.

pressupõem uma rasura no interior da experiência, elas são representadas por relações imaginárias, um padrão fictício de igualdade que se furta às justaposições experimentais, corpos que independem de nossas percepções, ou uniões no espaço entre impressões internas e objetos.

Estas transmutações do dado que notabiliza todas as ficções não ocorreriam na inclinação imaginativa ao introduzir uma ordem e regularidade perfeitas, mas impossíveis de serem acusadas pela experiência, quer entre os fenômenos na natureza, quer nas ações humanas. Neste caso, a pressuposição imaginativa de uma regularidade causal plena entre os eventos, fortalecendo e reforçando ao máximo uma linearidade que, por natureza, já notabiliza a relação de causalidade, não cria uma relação nova entre os objetos, nem um parâmetro ficcional de correção, muito menos dota os corpos de uma existência distinta e contínua.

Contudo, se a inclinação imaginativa não concebe “entidades”, ela antecipa regularidades, ao se mover do presente ao futuro. O *elan* imaginativo nunca se contenta com o aqui e agora, ele é uma configuração inédita e contínua do real a partir de antecipações de fenômenos futuros. A inclinação imaginativa é uma pulsão ininterrupta de projetar o futuro, uma atualização fictícia do futuro no presente.

Com isso, a imaginação matiza uma regularidade perfeita na natureza. Experimentamos, por exemplo, dor e comoção perante um pedestre desavisado que está a poucos passos de um andaime que julgamos ser instável, ou quando participo do desprazer de ouvintes imaginários, desprazer que me é comunicado quando leio um livro constituído com uma composição de palavras difíceis de entender ou de pronunciar, mesmo que eu o leia sozinho e em silêncio.

Enfim, as ficções são efeitos da pulsão irrefreável da imaginação de transpor o sensível, resultando de manipulações no campo das relações de fato. A plasticidade se expressa nas múltiplas formas da imaginação de, ao seu modo, compor, recompor e reinventar o dado. Ficções e plasticidade imaginativa estão estreitamente relacionadas, na medida em que as primeiras exprimem os modos diferenciados da imaginação de transmutar uma insipidez e opacidade que caracterizariam o campo perceptivo. Vimos que a univocidade não marca as ações da imaginação. Elas se expressam, quer na criação de um padrão imaginário de igualdade na matemática; quer na “certeza” de que os corpos existem independentes de nós; quer na promoção de uma união espacial entre impressões extensas e impressões internas, e mesmo na postulação de uma relação causal de natureza fictícia que reverberaria indefinidamente nos objetos, conquanto a trucagem do real nesta última relação não pareça, em momento algum, ser assumida explicitamente por Hume.

Referências bibliográficas

FLEW, Antony. *David Hume Philosopher of Moral Science*. New York: Basil Blackwell, 1986.

GARRETT, Don. *Cognition and Commitment in Hume's Philosophy*. New York: Oxford University Press, 1997.

HUME, David. *A Dissertation On the Passions*. New York: Oxford Clarendon Press, 1975.

_____. *A Treatise of Human Nature*. New York: Oxford University Press, Second (ed.), 1978.

- _____. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução: Déborah Danowski. São Paulo: Unesp, 2009.
- MALHERBE, Michel. *La Philosophie Empiriste de David Hume*. Paris: Vrin, 1984.
- MICHAUD, Yves. *Hume et la Fin de la Philosophie*. Paris: Press Universitaires de France, 1983.
- MONTEIRO, João Paulo. *Teoria, Retórica e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1975.
- PEARS, David. *Hume's system: an examination of the first book of his treatise*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PRICE, H. H. *Hume's Theory of External Word*. London: Oxford at The Clarendon Press, 1940.
- SMITH, Norman Kemp. *The Philosophy of David Hume*. London: Macmillan and Co, 1949.
- STROUD, Barry. *Hume: The arguments of the philosophers*. London: Routledge, 1977.
- TWEYMAN, Stanley. *Reason and Conduct in Hume and his Predecessors*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.
- WHELAN, Frederick G. *Order and Artifice in Hume's Political Philosophy*. New Jersey: Princeton University Press, 1985.
- WILBANKS, JEAN. *Hume's Theory of Imagination*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1968.